

Frustrações e Respostas de Política

Dionísio Dias Carneiro

Economista, diretor da Galanto Consultoria e do IEPE/CdG

23 de outubro de 2008

Foram atropeladas pelos fatos as ilusões de que poderíamos passar por esta crise sem um agravamento sério das opções de política econômica. O governo tem apostado no cenário mais favorável e segue um *script* de animador de auditório. Para a frustração de todos, a crise já mata uma esperança por dia, e vai moer impiedosamente as expectativas de saída fácil para todos os países emergentes. Se continuarmos a tentar pautar mercados com declarações de bêbado, seremos alvo fácil de ataques especulativos.

A parada súbita do financiamento externo, a contração do crédito, as quedas de preços dos produtos de exportação, a perda de riqueza representada pela queda do valor de mercado das empresas expuseram a fragilidade dos balanços dos bancos e das empresas. Os resultados são custo de capital mais alto, taxa de câmbio mais depreciada, perdas de reservas e revisão nos projetos de investimento, seja por falta de financiamento seja por projeções mais pessimistas de demanda, ou seja, menor crescimento do PIB em 2009 e 2010, inflação maior e investimento em desaceleração.

O grau de estrago a economia brasileira depende das respostas de política que vêm por aí. Pelo andar da carruagem, o dano será grande e, mais prolongado para a inflação e o crescimento, ou seja, pior para o trabalhador-consumidor-eleitor. Para o Presidente, aborrecimentos na economia e decisões que não soam bem nos palanques eleitorais dão mais uma chance ao lado Kirchner-Chávez de sua equipe. Palocci, que entende de realidade, faz falta.

Na primeira fase, da negação, a crise era “deles”, porque não tínhamos *subprimes* em nossos bancos. Uma verdade que não nos protege nem dos efeitos que atravessaram os mares nem de nossas próprias estrepolias financeiras.

A segunda fase foi a da deterioração do discurso. A frustração diante da falta de efeitos imediatos da redução do compulsório sobre a oferta de crédito levou a reações do tipo “se os bancos não emprestam o que foi liberado, eu pego o dinheiro de volta”. É inevitável recordar a irritação do General Geisel quando não apareceram imediatamente os efeitos do afrouxamento monetário promovido por Mário Simonsen depois que a tentativa de aperto veio por água abaixo com a vitória do PMDB nas eleições de 1974. O mundo entrava na recessão pós-choque de petróleo, mas o General-Presidente não admitia que seu projeto de abertura fosse atrapalhado pelo ciclo econômico. O austero Geisel reiniciou trajetória crescente da inflação, que só fora interrompida pela frieza zen de Octavio Gouveia de Bulhões sob o apoio irrestrito e teimoso do General Castello Branco. Voluntarismo não produz resultados.

A terceira fase está começando: redescobrem-se as delícias do dirigismo do crédito. Banqueiros estatais assumem riscos patrióticos com a poupança dos trabalhadores e ampliam o risco do FGTS, do FAT e dos fundos de previdência das estatais. Com igualdade de condições para “competir”, o Banco do Brasil e a CEF salvarão o país, com a MP 443 em punho. Comparada com a estatização dos bancos pelos americanos e europeus, a alocação administrativa do crédito parece um pecadilho sem importância e é música para os ouvidos dos corretores de favores públicos e abre-portas de gabinetes.

Ajusta-se a oferta de favores com as poupanças dos trabalhadores com a demanda por favores alimentada pela necessidade de manter coesa a base governista no Congresso.

Como âncora macroeconômica, a austeridade da política fiscal empalidece diante das propostas “keynesianas” de aumento de gastos que se transformam em mantra universal, e não uma resposta anti-cíclica. A deterioração fiscal atinge a governança e o risco dos fundos de poupança, graças às ações dos que “querem o bem do país” e não lucros.

Do lado monetário, preocupa-me menos uma queda dos juros porque, como já argumentei, a redução do crédito já fará o papel contracionista. Mas quando as autoridades e economistas que influenciam o governo anunciaram uma “faixa de conforto” para o câmbio, entre R\$1,80 e 1,90, voltaram os embaraços para a política monetária. Quando o governo insiste em controlar o que não consegue, aumenta a volatilidade do câmbio. Com deterioração das entradas de capital e a queda cíclica dos preços de exportação, aumentará a frustração do governo, que enfrentará movimentos cambiais desconfortáveis (claramente fora de seu controle) e venderá as “preciosas” reservas a baixo preço para financiar compras dos especuladores que enxergarem, nos tetos confortáveis para o câmbio, uma oportunidade para ganhos.